

REFLEXÃO DA PRÁTICA DO ENSINO DA ENFERMAGEM NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA.

Heliane Moura do Carmo.*

RESUMO:

O presente trabalho faz uma abordagem sobre a necessidade de transformar a Educação no Brasil, de uma prática alienadora para mediadora na construção da cidadania. O princípio educativo da enfermagem precisa fundamentar-se em um ensino que forme profissionais competentes, críticos, criativos, responsáveis e habilitados para viver e ajudar outros a viverem dignamente.

ABSTRACT:

The presente works is an approach to the need to change Brazilian education from an alienated to a mediating practice in citizenship construction. The educational principles of teaching that forms professionals who are competent, critical, creative, responsible and qualified to live and helps others live with dignity.

UNITERMOS: Educação, cidadania, enfermagem.

KEY WORDS: Education, Citizenship, Wursing.

INTRODUÇÃO

A luta por uma sociedade calcada na justiça, igualdade e distribuição de riqueza existe no Brasil desde a época da industrialização e urbanização do país, que se iniciou por volta de 1910. Desde então observa-se uma busca incessante de humanização, que só se efetivará a partir de profunda mudança social.

Marcado pela exploração e lutas, o Brasil encontra-se hoje em profunda recessão econômica e crise social, política e institucional. Não conseguiu tornar-se a "Grande Potência", mas depara-se com a fome, a falta de atendimento à saúde, moradia, emprego, escolas, e outras necessidades importantes para que o homem viva dignamente. Observa-se uma dicotomia social, de desumanização, opressão e alienação do homem, que, segundo SEVERINO (1994), são situações decorrentes de uma sociedade que se concretizou através de relações de produção e políticas alienadoras, favorecendo a elite dominante para manter o poder centralizado e continuar determinando os rumos deste país, como também a miséria e a degradação de uma grande multidão de homens.

Para que ocorra transformação desta realidade, discute-se incessantemente, em várias instâncias, a instauração da cidadania, que segundo o autor citado, é

* Docente do Departamento de Enfermagem do CESULON, pós-graduanda do Departamento de Educação, do Centro de Educação, Comunicação e Artes, UEL.

entendida como qualidade da existência concreta dos homens. A saúde implica qualidade de vida, e o enfermeiro, como profissional de saúde, precisa participar deste processo de tentativa de transformação .

MARTINS(1987) relata que a prática profissional do enfermeiro, inserida nos serviços de saúde, é afetada pelo sistema econômico de forma estranguladora, tanto para os serviços como para as pessoas que se servem deles. O enfermeiro precisa ter espírito crítico para não alienar-se, conservando e reproduzindo este sistema. No parecer de LEOPARDI et al (1992, p.51) "o ensino formal dos enfermeiros está necessitando uma reorientação dos futuros profissionais de Enfermagem para uma competência técnico- política, como estratégia para consciência de seu compromisso em relação à saúde integral dos cidadãos".

Para aprofundar esta questão, desenvolvemos o presente estudo com o objetivo de levar à reflexão a prática da Educação em Enfermagem como instrumento mediador na construção da cidadania .

FORMAS DE PENSAR A CIDADANIA

Cidadania é um assunto muito discutido nos dias de hoje, por todas as classes sociais desde a que detém o poder até a mais desprivilegiadas. COVRE (1991, p.9) define cidadania, fundamentando-se na proposta contida na Carta de Direitos da Organização das Nações Unidas (ONU), de 1948: "Todos os homens são iguais ainda que perante a lei, sem discriminação de raça, credo ou cor. E ainda: a todos cabem o domínio sobre seu corpo e sua vida, o acesso a um salário condizente para promover a própria vida, o direito à educação, à saúde, à habitação, ao lazer. E mais: é o direito de todos expressar-se livremente, militar em partidos políticos e sindicatos, fomentar movimentos sociais, lutar por seus valores...". A mesma autora assevera que cidadania compreende direitos, mas também deveres do cidadão: "... ser o próprio fomentador da existência dos direitos, ter responsabilidade em conjunto com a coletividade, cumprir as normas e propostas elaboradas e decididas coletivamente, fazer parte do governo direta ou indiretamente, ao votar, ao pressionar através dos movimentos sociais, ao participar de assembléias no bairro, sindicato, partido ou escola. E mais: pressionar os governos municipal, estadual, federal e mundial (em nível de grandes organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional - FMI)".

Para SEVERINO (1994, p.98), cidadania refere-se à qualidade de existir do homem. " O homem só é plenamente cidadão se compartilha efetivamente dos bens que constituem os resultados de sua tríplice prática histórica, isto é, das efetivas mediações de sua existência. Ele é cidadão se pode efetivamente usufruir dos bens materiais necessários para a sustentação de sua existência física, dos bens simbólicos necessários para a sustentação de sua existência subjetiva e dos bens políticos necessários para a sustentação de sua existência social". Dentro dos conceitos estabelecidos pelo mesmo autor é possível fazer analogia entre cidadania e a concepção de holismo em saúde, quando KOLLER e MACHADO (1992) definem saúde holística como bem- estar resultante do equilíbrio dinâmico do organismo, envolvendo os aspectos físicos,

psicológicos, social, mental e espiritual. Considerando estes aspectos, não é possível falar em saúde como condição de ser e estar do homem sem pensar em cidadania.

Segundo COVRE (1991), cidadania é o direito à vida no sentido pleno, que precisa ser conquistado coletivamente através de reivindicações, de enfrentamento político daqueles que têm pouco poder. Para ALMEIDA (1995), o cidadão capaz de pensar a vida social coletivamente constrói a cidadania. Portanto, a instauração da cidadania depende da união de homens corajosos, críticos, criativos, imbuídos do desejo de transformar a sociedade. Para SEVERINO (1994), o preparo de homens para o trabalho, para a vida e para a cultura da subjetividade é o desafio que se apresenta para a Educação.

EDUCAÇÃO : MEDIADORA ENTRE OS HOMENS E A CIDADANIA

Para NORONHA (1994), a educação é um processo social marcado pelo poder político e ideológico, mediado pelas escolas, currículo, atividades pedagógicas e conteúdos programáticos, podendo transformar ou reproduzir a sociedade. O significado da educação para SOUZA (1991) é promover o ser humano formando-o como sujeito autônomo.

A potência do homem é analisada desde Aristóteles, que acreditava na capacidade de perfeição do ser humano. É preciso acreditar que cada homem é constituído de potencialidades que o tornam capaz de construir sua existência. Homens criativos, inventivos, não simplesmente repetidores, é o que deve pretender a educação no parecer de PIAGET apud DUCKWORTH [s.n.] "...É preciso criar mentes que critiquem, avaliem e julguem o certo e o errado". No parecer de FERREIRA (1990) apud SEVERINO (1994), a educação para cidadania precisa exterminar do homem crenças, fantasias, ilusões que atrapalham e impedem o desenvolvimento de uma consciência crítica superando as ingenuidades.

O enfermeiro é profissional com formação de nível superior, adquirida dentro da Universidade que, para NÉRICI (1993,p.39), "deveria ser o templo de todas as idéias e concepções para serem analisadas objetiva e logicamente". Embora o papel do Ensino Superior seja criticado por vários autores como discriminador das classes menos favorecidas (RIBEIRO (1978), GRAMSI (1982), PINTO (1986) apud FAVERO (1989), a Universidade consiste no centro do saber. NÉRICI (1993) cita, dentre os objetivos da Universidade, a formação de profissionais competentes, homens capazes de refletir sobre os problemas sociais, políticos, culturais que interferem em sua prática. Porém FAVERO et al (1989) referem que a Universidade enfrenta crises atualmente: financeira, política e de conteúdo que manifesta-se através da deteriorização de suas instalações físicas, das condições de trabalho dos docentes e funcionários, provocando a queda na qualidade do saber, com prejuízos sobre o ensino, a pesquisa e a extensão. A universidade desvinculou-se do compromisso com o saber, produzindo um ensino alienador e formador de pessoas incompetentes e alienadas. KOLLER e MACHADO (1992) afirmam que a educação do enfermeiro tem sido restrita à transmissão de

conhecimentos e informações, produzindo profissionais alienados e despreparados para enfrentar as mudanças políticas e sociais.

É importante ressaltar que o perfil traçado pelos autores citados pode não ser somente consequência do marco conceitual, do currículo, dos conteúdos e dos docentes, mas, possivelmente, também manifesta o reflexo da crise que a Universidade enfrenta nos dias de hoje.

Segundo REZENDE apud MARTINS (1987), a formação profissional é a inculcação e introjeção de valores para que ingenuamente este profissional perpetue o pensamento ideológico da classe que detém o poder, isento de criatividade e capacidade para transformar a realidade. A realidade necessita de pessoas com pensamento crítico para nela atuar, restaurando-a para que os homens vivam melhor. Para BROCKFIELD (1987) apud PEREIRA (1992), o pensamento crítico subentende: 1) identificação e questionamento quanto aos fatos da vida cotidiana; 2) conscientização do contexto; 3) exploração e imaginação de ações alternativas; 4) desenvolvimento da reflexão céptica.

Para NÉRICI (1993) a Educação deve estar vinculada à comunidade para que atenda às necessidades de desenvolvimento da mesma. Partindo da percepção deste autor, devem fazer parte do conhecimento do aluno de Enfermagem as condições de vida, trabalho, moradia, transporte, educação, lazer, renda, além das ciências humanas, biológicas e sociais que constituem o saber próprio da Enfermagem, e também as diretrizes políticas do setor saúde para compreender sua função como profissional e como cidadão na sociedade. É preciso que o aluno de Enfermagem concientize-se de que saúde e doença estão intrinsecamente ligadas às questões políticas e econômicas, reconhecendo que é preciso comprometer-se com a transformação social, utilizando-se de seu potencial como pessoa e de sua competência como profissional.

O SABER E A PRÁTICA DA ENFERMAGEM

Durante longo tempo a Enfermagem foi considerada como uma ação de caráter religioso. ALMEIDA e ROCHA (1986) apontam para o fato de que o desenvolvimento científico e técnico, após o advento da II Grande Guerra Mundial, obrigou a Enfermagem a fundamentar cientificamente a sua prática, conduzindo-a a um processo de intelectualização. Este processo de intelectualização, segundo os mesmos autores, distanciou o enfermeiro de sua função de dar assistência ao paciente, atendendo às suas necessidades humanas básicas.

Na década de 1970, sob um enfoque da Enfermagem com ciência, iniciaram-se estudos de Teorias de Enfermagem como instrumento para atender ao paciente através de um método científico. O estudo de algumas destas Teorias (Lydia Hall, Siter Callista Roy, Myra Estrin Levine, Dagmar E. Brodt, Marta Rogers, Imogene M. King, Elizabeth Dorothea Oren), todas importadas de outros países, foi incluído nos currículos dos cursos de Enfermagem com tentativas ineficazes de implantação na prática.

A enfermeira brasileira Wanda Aguiar Horta desenvolveu a Teoria conhecida com Processo de Enfermagem fundamentada no atendimento das necessidades humanas básicas. Esta Teoria foi adotada no ensino do cuidado ao paciente de algumas Escolas de Enfermagem no Brasil e implantada em parte em alguns serviços, pois a prática diária

da Enfermagem depara-se com situações não previstas nas Teorias que se fundamentam em comunidades e serviços ideais. Por esta razão, existem críticas a estas Teorias pela sua inaplicabilidade à realidade brasileira, haja vista que elas não contemplam a dimensão social porque não consideram as contradições sociais e nem as contradições do trabalho da Enfermagem.

Após 26 anos, a Enfermagem ainda não resolveu esta problemática, por não conseguir utilizar uma Teoria que se ajuste ao cotidiano da realidade brasileira. Não podemos negar a importância da utilização do Método Científico na assistência ao paciente, mas talvez seja oportuno às escolas refletirem para mudar ênfase sobre saúde e doença do indivíduo considerando a conjuntura sócio-política e econômica. Talvez, a aplicabilidade de uma Teoria esteja dependente da transformação desta realidade em outra que se mostre realmente interessada em atender e cuidar da saúde do ser humano como único, e não fazer politicagem sobre o número de atendimentos, sem considerar a qualidade e os resultados destes atendimentos. Enquanto o Saber da Enfermagem permanecer intronizado na Teoria, a realidade que necessita de ações e mudança estará encoberta, despercebida, fazendo com que docentes, alunos e profissionais percebam e atuem somente em seu campo específico, limitando-se em suas funções sem interferir nos projetos que o sistema determina para a sociedade, e para a própria Enfermagem.

O ensino da enfermagem precisa preocupar-se em preparar o aluno para que ele perceba que o sistema pretende manipulá-lo quando profissional. Pensar em cidadania talvez não signifique liberdade e transformação somente para a sociedade em geral, mas possa representar um mundo a ser redescoberto e explorado pela Enfermagem, tornando-se um coadjuvante no desenvolvimento da profissão. As Escolas de Enfermagem precisam refletir sobre o fato de que, quando não formam profissionais críticos, estão deixando de cumprir seu papel de exercer mudanças sociais. Mudanças sociais estas dentro da própria Enfermagem que no parecer de LOPES (1987) apud WALDOW (1990, P.36), tem sido "legitimadora de uma condição subalterna" em cuja submissão reflete-se a falta de consciência crítica.

O ensino formal legitima o saber e a prática, interferindo sobremaneira na qualificação dos profissionais que a escola forma para o mercado de trabalho. É importante o preparo do aluno para que, segundo o autor citado, compreenda que seu trabalho é assalariado, coletivo, fragmentado, e explorado conduzindo-o a lutar por seus direitos de dignidade, igualdade perante as outras classes profissionais e a sociedade. Segundo FREITAS (1993), a formação do enfermeiro deve assegurar competência técnica, científica, administrativa e política, para atender à saúde nos níveis primários, secundário e terciário, para exercer função de coordenação, ensino e supervisão de serviços de saúde. A competência política se manifestará através de uma consciência mais crítica pela ação participativa e transformadora na prática da saúde. Considerando o corpo de conhecimentos propostos pelo autor citado, o aluno de Enfermagem e o enfermeiro precisam ter conhecimento da função e do espaço profissional que precisam ocupar neste contexto.

Existe um espaço muito grande a ser ocupado por profissionais destemidos inquietos e comprometidos em instaurar uma Enfermagem dinâmica, atual, social, política, científica, que lutem por seus direitos individuais e coletivos e reinvidiquem condições que permitam a execução de seus deveres junto à comunidade, que são:

a) Nos serviços primários de assistência à saúde, comprometer-se em lutar por: melhores condições de atendimento, pessoal qualificado e quantidade suficiente para prestar assistência individualizada; -recorrer junto às entidades responsáveis para melhoria das condições de vida da comunidade que assiste; -estabelecer o serviço de referência e contra-referência com os serviços terciários ; -orientar e educar sobre medidas de prevenção às doenças ; -possibilitar o fácil acesso aos serviços de saúde; -estabelecer-se em creches e escolas desfavorecidas para ensino e assistência à saúde das crianças e suas famílias; - infiltrar-se em comunidades de adolescentes e jovens para orientação das conseqüências maléficas do uso de drogas, fumo e a indisciplina sexual; -atender a indivíduos que encontram-se na terceira idade, identificando e atendendo às alterações fisiopatológicas comuns a esta fase da vida.

b) Exigir o cumprimento da lei, ocupando a função de enfermeiro do trabalho nas indústrias e empresas para orientar e prevenir acidentes, interferindo nas condições de trabalho, reivindicando ambientes salubres, hora de descanso, não exploração do esforço físico, segurança aos trabalhadores para manter a saúde.

c) Trabalhar junto às clínicas e consultórios para promover a segurança das pessoas que se utilizam destes serviços, zelando pela qualidade da limpeza e esterelização de materiais e instrumentos utilizados para exames e procedimentos de pequeno porte, realizando consulta de Enfermagem, assessoria de serviços particulares através de treinamento de pessoal e supervisão dos serviços.

d) Assumir cargos administrativos em hospitais para: -zelar pela qualidade dos materiais e equipamentos, que não coloquem em risco a segurança e o conforto do paciente; -lutar pelos direitos da Enfermagem não se deixando subornar por aqueles que detêm o poder; -instituir um serviço de Enfermagem com um modelo de administração planejada, responsável e consciente, que valorize o papel do enfermeiro dentro da instituição estabelecendo plano de carreira, oportunizando a qualificação técnica e científica, proporcionando escala de trabalho que possibilite ao enfermeiro usufruir de atividades de lazer comuns a qualquer ser humano, participando na implantação de normas e rotinas trabalhistas para serem obedecidas dentro da instituição de igual forma por todos os profissionais de nível superior que façam parte do quadro de funcionários do hospital seja enfermeiro, médico, fisioterapeuta e outros profissionais; -reivindicar salários considerando as funções, responsabilidade, riscos e a formação do enfermeiro; -agir criticamente sobre as condições da estrutura física e tecnológica que prejudiquem o atendimento do paciente, não sendo conivente com a violência do paciente como ser humano; -proporcionar campo de estágio para os cursos de Enfermagem e a integração docente-assistencial; -estimular e colaborar em pesquisas da área. Enfim, um Serviço de Enfermagem comprometido com a competência técnica e científica, crítica e reflexiva, preocupado com o bem-estar do paciente e da própria Enfermagem.

e) Ocupar cargos políticos para encaminhar dialeticamente as necessidades da comunidade e acelerar o cumprimento das determinações.

A Educação em Enfermagem tem procurado acompanhar a história através de mudanças de currículo. Estas mudanças devem acompanhar as transformações sociais, mas o que propomos é uma reflexão sobre o alterar a condução das transformações

sociais para que elas não continuem se reproduzindo e perpetuando-se.

A TÍTULO DE CONCLUSÃO

Considerando a evolução histórica, econômica, social e política do Brasil, observa-se que o comportamento do Ensino da Enfermagem identifica-se com uma prática alienadora que coaduna com uma sociedade que se submete a um sistema ideológico dominante. É eminente a necessidade de uma reflexão no sentido de que a Educação em Enfermagem assuma o compromisso de educar e formar cidadãos competentes, críticos, que se sensibilizem com a desigualdade social, a exploração do homem como meio de satisfazer o desejo de domínio de uma minoria que detém o poder e direciona os rumos deste país. Cidadãos que reconheçam que políticos existem muitos, mas inexistente política de saúde e de educação, fundamentais para a construção de uma sociedade mais equilibrada. Os alunos de Enfermagem precisam ser preparados para ocuparem os espaços que definam o enfermeiro como agente imprescindível no cumprimento da Constituição Brasileira que garante igualdade de todos perante a lei. Pior que não ver, é omitir-se. Portanto, a Educação em Enfermagem precisa assumir uma postura de mediadora na construção da cidadania, preparando profissionais para desenvolverem ações nos serviços primários, secundários e terciários à saúde, e que venham atender aos legítimos anseios na construção da cidadania.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, M.C.P.; ROCHA, J.S.Y. O saber de enfermagem e sua dimensão prática. São Paulo: Cortez, 1986. p.13-122.
- COVRE, M. de L.M. O que é cidadania. 3ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. p.7-31.
- DUCKWORTH, S. The Piagetian System and Education. [S.l.:s.n.].
- FREITAS, D.M.V.; FÁVERO, N.; SCATENA, M.C.M. O Ensino de Graduação na Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo - suas perspectivas. Revista Latino Americana de Enfermagem, Ribeirão Preto, v.1, n.especial, p.25- 34, dez. 1993.
- KOLLER, E.M.P.; MACHADO, H. B. Reflexões sobre a prática atual da enfermagem e prenúncios de mudanças para o século XXI. Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília, v.45, n.1, p.74-79, jan./mar. 1992.
- LEOPARDI, M.T.; WENDHAUSEN A. L.; REIBNITZ, K.S. A prática de enfermagem para a construção da cidadania. Texto e Contexto, Florianópolis, v.1, n.1, p.33-52, jan./jun. 1992.
- MARTINS, A.A. A enfermagem como prática social. Revista Brasileira de enfermagem, Brasília, v.40, n.2/3, p.133- 143, abri./mai./jn./jul./ago./set. 1987.
- NÉRICI, I.G. Didática do Ensino Superior. São Paulo: Ibrasa, 1993. p.36-46.

- NORONHA, O.M. A luta pela ampliação das oportunidades escolares (1950-1990). In: História da Educação: A escola no Brasil. São Paulo: FTD, 1994.p.205-299.
- PEREIRA,R.C.J. Desenvolvimento e pensamento crítico nas questões do ensino e da prática de enfermagem. Revista Gaúcha de Enfermagem, Porto Alegre, v.13,n.1, p.24-27, jan. 1992.
- SEVERINO,A.J. Filosofia da Educação: construindo a cidadania. São Paulo: FTD,1994. p.98-105.
- _____,SOUZA, C.P. Avaliação do rendimento escolar. (org.). Campinas: Papi-rus, 1991. p.143-151.
- VIEIRA,S.L. A democratização da Universidade e a socialização do conhecimento. In: A Universidade em questão. São Paulo: Cortez, 1989. p.11-26
- WALDOW,V.R. O ensino de enfermagem numa dimensão feminista e existencialista: uma reflexão crítica para a liberação. Revista Gaúcha de Enferma-gem, Porto Alegre, v. 11, n.2,p.35-40, jul.1990.